



Fundo Municipal de Saúde de Chapecó

Rua Marechal Floriano Peixoto - L. 700 - Centro - 89.801-501 - Chapecó/ SC
CNPJ: 80.636.475/0001-08 Fone: (49)3321-0090 atsaude@chapeco.sc.gov.br
<https://www.chapeco.sc.gov.br>

Usuário: Riquelmo Bedin

Chave de Autenticação Digital
1429-5798-297

Página
1 de 1



Solicitação de Compra/Contratação

Número: 674/2020

Emissão: 27/03/2020

Situação: Não liberada

Órgão Orçam.: 21000 - Fundo Municipal de Saúde de Chapecó - FMS

Un. Orçam.: 21021 - Fundo Municipal de Saúde de Chapecó - FMS

Centro de custo: 0002.0001.0014 - ALMOXARIFADO CENTRAL

Descrição: CONFECCÃO DE ROUPAS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA FORNECIMENTO AOS SERVIDORES QUE ESTÃO TRABALHANDO NA LINHA DE FRETNTÉ NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS.

Despesas					
Despesa	Fonte de recurso			Valor indicado (R\$)	Valor bloqueado (R\$)
291 - 2 - 21021 - 10 - 301 - 107 - 2.605 - 0 - 339000 - Aplicações Diretas	1381 - 38 Transferências do SUS - Atenção Básica			1,00	0,00
Itens					
Item	Quantidade	Unidade de medida	Material/Serviço	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	500,00000	UNIDADE	191984 - CONJUNTO DE PIJAMA HOSPITALAR (CALÇA E CAMISA) EM TECIDO MISTO, M/L, COM PUNHO DE RIBANA, COM SERIGRAFIA E BRASÃO	0,00000	0,00
Total geral (R\$)				0,00	

Valdecir José Miotto

Diretor de Administração, Finanças e Infraestrutura

MARISTELA BISOGNIN SANTI ROCHA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ordenador de despesa

DE: CONFECÇÕES GURI LTDA
PARA: PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ



ORÇAMENTO

QTDE	DESCRIÇÃO	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
500	CONJUNTOS DE PIJAMA HOSPITALAR (CALÇA E CAMISA) EM TECIDO MISTO, M/L, COM PUNHO DE RIBANA, DIVERSAS CORES, COM SERIGRAFIA DO BRASÃO.	R\$ 63,00	R\$ 31.500,00

ORÇAMENTO VÁLIDO POR 60 DIAS

GUARUJÁ DO SUL, 24 DE MARÇO DE 2020.

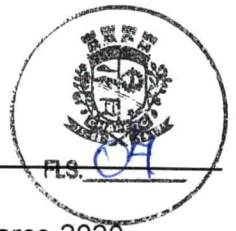


CONFECÇÕES GURI LTDA

CONFECÇÕES GURI LTDA
CNPJ: 81.025.249/0001-53 I.E: 251.765.130
RUA: REINALDO ANTONIO KLEIN, Nº 170, BAIRRO: INDUSTRIAL
GUARUJÁ DO SUL-SC CEP: 89.940-000



Estado de Santa Catarina
Município de Chapecó
Secretaria Municipal da Saúde



Chapecó, 20 de Março 2020.

ALMOX – Memorando 02/2020

De: Almoxarifado Central

Para: Diretor de Compras Sr. Riquelmo Bedin Filho

Assunto: Aquisição de Rouparia - Pijamas Hospitalares

Prezado Senhor,

Cumprimentando-a cordialmente, venho por meio deste solicitar aquisição de Rouparia - Pijamas Hospitalares para serem utilizados pelos Profissionais da Saúde durante a Pandemia por Coronavírus.

Os pijamas hospitalares serão utilizados pelas equipes de saúde como Equipamento de Proteção Individual no atendimento aos pacientes acometidos pelo Coronavírus. Os profissionais trocarão suas roupas dentro do local de trabalho pelos pijamas hospitalares a fim de reduzir a contaminação em suas próprias roupas e a disseminação do vírus na saída do turno de trabalho.

Essa é uma estratégia adotada pelo Grupo de Trabalho de EPIs da Secretaria de Saúde de Chapecó pela dificuldade encontrada em comprar aventais descartáveis impermeáveis tipo barbeiro para paramentar esses profissionais.

Posteriormente esse tipo de uniforme possivelmente será adotado em setores como Pronto Atendimento Efapi e UPA-24h em substituição aos jalecos hoje fornecidos pela Secretaria de Saúde.

Contando com sua costumeira atenção, despeço-me ao tempo em que permaneço à disposição para quaisquer outros esclarecimentos e/ou informações que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Lisiane Mara Machado

Coordenadora Almoxarifado Saúde

Quem já visualizou? 3 pessoas



Despacho 2: 9.044/2020

26/03/2020 10:58

(Respondido)

Ivan T. 22ASFA

01DAFI - Diretor...

Bom dia.

Precisa ser gerado o empenho deste material para o enfrentamento da Pandemia do Covid-19, o material deste pedido é necessário para proteção individual para atendimentos aos pacientes doentes especialmente nos serviços de urgência e emergência.

Att

—
Ivan Valter Tierling
Gerente Assistência Farmacêutica

Quem já visualizou? 3 pessoas

Despacho 3: 9.044/2020

26/03/2020 15:04

(Respondido)

Valdecir M. 01DAFI

ALMOX_SAÚDE - Al...

A/C Lisiane M.

Boa-tarde

Solicitação 606, enviado ao compras.

Quem já visualizou? 3 pessoas

26/03/2020 15:04:24

Valdecir M. 01DAFI arquivou.

Despacho 4: 9.044/2020

07/04/2020 10:23

(Encaminhado)

Lisiane M.

ALMOX_SAÚDE

17DGC - Diretori...

Conforme solicitado pelo setor encaminho o 1doc.
Informo que empenho já foi emitido e já recebemos os itens.

grata

att

—
Lisiane Mara Machado
Farmacêutica/Coordenadora Almoxarifado

Quem já visualizou? 3 pessoas

07/04/2020 10:23:37

Lisiane M. ALMOX_SAÚDE arquivou.

07/04/2020 10:39:56

Valdecir M. 01DAFI arquivou.

07/04/2020 12:01:12

Ivan T. 22ASFA arquivou.



Fundo Municipal de Saúde de Chapecó

Rua Marechal Floriano Peixoto - L. 700 - Centro - 89.801-501 - Chapecó/ SC
CNPJ: 80.636.475/0001-08 Fone: (49)3321-0090 atsaude@chapeco.sc.gov.br
<https://www.chapeco.sc.gov.br>

Usuário: Maiara dos Santos

Chave de Autenticação Digital
1493-9974-504

Página
/ 1



Solicitação de Compra/Contratação

Número: 674/2020

Emissão: 27/03/2020

Situação: Não liberada

Órgão Orçam.: 21000 - Fundo Municipal de Saúde de Chapecó - FMS

Un. Orçam.: 21021 - Fundo Municipal de Saúde de Chapecó - FMS

Centro de custo: 0002.0001.0014 - ALMOXARIFADO CENTRAL

Descrição: CONFECCÃO DE ROUPAS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA FORNECIMENTO AOS SERVIDORES QUE ESTÃO TRABALHANDO NA LINHA DE FRENTE NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS.

Despesas					
Despesa			Fonte de recurso	Valor indicado (R\$)	Valor bloqueado (R\$)
291 - 2 - 21021 - 10 - 301 - 107 - 2.605 - 0 - 339000 - Aplicações Diretas			1381 - 38 Transferências do SUS - Atenção Básica	1,00	0,00
Itens					
Item	Quantidade	Unidade de medida	Material/Serviço	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	500,00000	UNIDADE	191984 - CONJUNTO DE PIJAMA HOSPITALAR (CALÇA E CAMISA) EM TECIDO MISTO, M/L, COM PUNHO DE RIBANA, COM SERIGRAFIA E BRASÃO	63,00000	31.500,00
				Total geral (R\$)	31.500,00

Varecir José Miotto

Diretor de Administração, Finanças e Infraestrutura

MARISTELA BISOGNIN SANTI ROCHA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ordenador de despesa



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ



DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 37/2020-FMS

OBJETO:

CONFECÇÃO DE ROUPAS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA FORNECIMENTO AOS SERVIDORES QUE ESTÃO TRABALHANDO NA LINHA DE FRENTE NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS.

CONTRATADO: CONFECÇÕES GURI LTDA

VALOR DA DISPENSA: R\$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL:

Art. 24, Inciso IV, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores:

[...]

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

LEI Nº 13.979/2020

Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o **caput** deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

DECRETO MUNICIPAL Nº 38.652/20

Art. 4º Fica autorizada a realização de despesas, inclusive com dispensa de licitação, para o cumprimento deste Decreto, tais como a contratação de profissionais da área da saúde, na hipótese de necessidade emergencial, e a aquisição de medicamentos, leitos de UTI e outros insumos, mediante prévia justificativa da área competente ratificada por ato da Secretária Municipal de Saúde. Parágrafo único. Na contratação de bens ou serviços para tratamento, prevenção, isolamento ou quarentena, em caso de dispensa de licitação, a Secretaria Municipal de Saúde deverá observar as hipóteses previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como instruir o processo com justificativa e parecer jurídico emitidos pela Procuradoria Geral do Município.

JUSTIFICATIVA:

É notória a disseminação mundial do coronavírus classificada, pela Organização Mundial de Saúde, como pandemia.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ



Diante do cenário assustador representado pelo grande número de mortes, principalmente no continente europeu (com maior incidência na Itália)¹ e com o surgimento de casos em vários municípios de Santa Catarina², inclusive em Chapecó³, foi editado o Decreto Municipal nº 38.652/20 determinando medidas para o enfrentamento da pandemia dentre as quais a aquisição de insumos necessários⁴ para que os profissionais de saúde possam prestar atendimentos de forma segura; e, b) ampliação do horário de expediente dos serviços de saúde⁵ o que deve aumentar a procura pelos mesmos e, consequentemente, a utilização de tais insumos.

Diante desse panorama, e conforme relata o memorando nº 9.044/2020 (1Doc), os conjuntos de pijama hospitalares (calça e blusa manga longa) são Equipamentos de Proteção Individual para utilização dos profissionais de saúde que prestam atendimento aos pacientes acometidos pelo COVID-19, a fim de troquem suas roupas dentro do local de trabalho e utilizem este uniforme, no intuito de reduzir contaminação em suas próprias roupas e para a segurança dos profissionais, em razão do momento epidemiológico que vivenciamos.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR/LICITANTE:

Dentre os orçamentos realizados o fornecedor foi o que apresentou a proposta mais vantajosa, em virtude da atual situação mercadológica.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

O preço ofertado reflete a realidade atual do mercado.

Chapecó - SC, 27 de março de 2020.

RIQUELMO BEDIN FILHO

Presidente da Comissão Municipal de Licitações

¹ Conforme notícia veiculada no portal do jornal Folha de S.Paulo, doc. fls. 06-08.

² Conforme boletim divulgado pelo governo estadual, disponível no endereço:

<http://www.coronavirus.sc.gov.br/2020/03/22/boletim-novo-coronavirus-covid-19-19-marco-2020/>, doc. fls. 09.

³ Conforme Boletim Epidemiológico do dia 19/03/2020, da Secretaria Municipal de Saúde, doc. fls. 10.

⁴ Art. 4º, do Decreto Municipal nº 38.652/20, doc. fls. 11-14.

⁵ Conforme doc. fls. 15.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ



Em virtude da exposição referente à realização da despesa independente de Licitação, fundamentado nos motivos acima, e de conformidade com a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações:

HOMOLOGO A REALIZAÇÃO DA PRESENTE DISPENSA DE LICITAÇÃO.

Chapecó - SC, 27 de março de 2020.

MARISTELA BISOGNIN SANTI ROCHA

Secretária Municipal de Saúde



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: CONFECCOES GURI LTDA
CNPJ: 81.025.249/0001-53

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 12:11:14 do dia 14/04/2020 <hora e data de Brasília>.

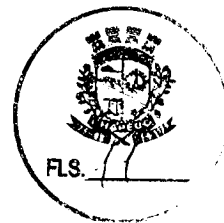
Válida até 11/10/2020.

Código de controle da certidão: **0492.8453.C89D.926C**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA



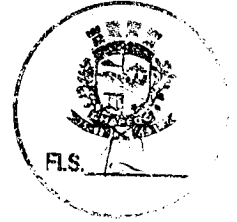
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): **CONFECÇÕES GURI LTDA**
CNPJ/CPF: **81.025.249/0001-53**

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal:	Lei nº 3938/66, Art. 154
Número da certidão:	200140043568109
Data de emissão:	08/04/2020 16:40:55
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158, modificado pelo artigo 18 da Lei nº 15.510/11.):	07/06/2020

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço:
<http://www.sef.sc.gov.br>

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 81.025.249/0001-53
Razão Social: CONFEC GURI LTDA
Endereço: R SAO PAULO 531 / CENTRO / GUARUJA DO SUL / SC / 89940-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 21/03/2020 a 18/07/2020

Certificação Número: 2020032103375772778837

Informação obtida em 14/04/2020 12:27:26

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

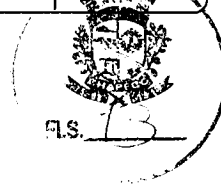


ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS E FINANÇAS

Data: 14/04/2020 12h31min

Número
2578

Validade
12/08/2020



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social _____

CONFECÇÕES GURI LTDA - ME CNPJ: 81.025.249/0001-53

Aviso _____

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à _____

Finalidade _____

Mensagem _____

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos às inscrições abaixo caracterizadas.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Código de Controle _____

DDA1DDD1RRL20191

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.

Guarujá do Sul (SC), 14 de Abril de 2020



Fundo Municipal de Saúde de Chapecó

Rua Marechal Floriano Peixoto - L. 700 - Centro - 89.801-501 - Chapecó/ SC
CNPJ: 80.636.475/0001-08 Fone: (49)3321-0090 atsaude@chapeco.sc.gov.br
<https://www.chapeco.sc.gov.br>



Usuário: Maiara dos Santos

Chave de Autenticação Digital
1410-1109-423

Página
1 / 1

Nota de Empenho

FLS. 1/1

Emissão: 27/03/2020

Espécie: Ordinário

Número: 1796/2020

Categoria: Comum

Prestação de contas: NÃO Passivo reconhecido: NÃO

Órgão Orçam.: 21000 - Fundo Municipal de Saúde de Chapecó - FMS

Ação: 2.605 - Manut. Atenção Básica em Saúde

Un. Orçam.: 21021 - Fundo Municipal de Saúde de Chapecó - FMS

Despesa: 291 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Função: 10 - Saúde

Elemento: 30 - Material de Consumo

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Detalhamento: 23 - uniformes, tecidos e aviamentos

Programa: 107 - Saúde Humanizada

Fonte de recurso: 1381 - 38 Transferências do SUS - Atenção Básica

Saldo Anterior: R\$ 740.876,38

Saldo Atual: R\$ 709.376,38

Valor deste empenho: R\$ 31.500,00

Pré-Empenho: 975/2020

Processo Administrativo:

Licitação:

Modalidade:

Compra Direta: 468

Contrato:

Credor: 5224 - CONFECÇÕES GURI LTDA-ME

CNPJ: 81.025.249/0001-53

Endereço: RUA SAO PAULO Nº 531, S/N - CENTRO, Guarujá do Sul - SC

CEP: 89.940-000

E-mail:

Fone:

Banco: 756 - Banco Cooperativo do Brasil S/A - Bancoob

Agência: 3039-4

C/C: 42593-1

Objeto resumido: PIJAMA HOSPITALAR (CALÇA + BLUSA MNGA LONGA) PARA SER UTILIZADO PELOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE NO ATENDIMENTO AOS PACIENTES ACOMETIDOS PELO COVID-19.

Itens do Empenho

Item	Qtde.	Unid.	Med.	Cód. Material/Serviço/Subdetalhamento	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	500,00000	UN		190305 PIJAMA	63,00000	31.500,00
Complemento do item: CONJUNTO DE PIJAMA HOSPITALAR (CALÇA E CAMISETA_ EM TECIDO MISTO m/l COM PUNHO DE RIBANA, DIVERSAS CORES, COM SERIGRAFIA DO BRASÃO.						
Valor deste empenho: R\$ 31.500,00				Total retido: R\$ 0,00		Valor líquido: R\$ 31.500,00

MARISTELA BISOGNIN SANTI ROCHA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
Ordenador de despesa

SOLANGE A. S. MARCON

Contadora CRC/SC 32.920/O-0
Exame Contábil



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
Procuradoria-Geral do Município**



Chapecó-SC, 14 de abril de 2020.

PARECER JURÍDICO Nº 0418/2020

OBJETO: Minuta de Dispensa de Licitação nº 037/2020-FMS. Análise Jurídica-Formal. Aquisição em caráter emergencial de materiais de proteção individual. Sistema Único de Saúde. Pandemia coronavírus.

Trata-se o presente de análise da minuta da Dispensa de Licitação nº 37/2020-FMS, por intermédio do qual se pretende a confecção de roupas de proteção individual para fornecimento aos servidores que estão trabalhando na linha de frente no enfrentamento da pandemia do coronavírus.

Constam nos autos analisados, além da minuta objeto deste parecer: Solicitação de Compra/Contratação nº 674/2020, expedida em face da Secretária de Saúde; cópia do Memorando nº 9.044/2020 oriundo da Coordenadora do Almoxarifado da Secretaria de Saúde; cópia de orçamentos e informações acerca da empresa Confecções Guri Ltda.

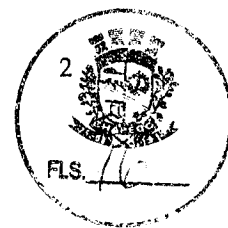
No que concerne ao processo ora analisado, a autoridade competente informa que o fundamento legal da dispensa é aquele disposto no inciso IV do art. 24 da Lei Federal n. 8.666/1993:

Art. 24. É dispensável a licitação:

[...] IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos. [...]



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
Procuradoria-Geral do Município



Art. 4º. Lei 13.979/2020. É dispensável a licitação para a aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

§1º A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

Art. 4º, Decreto Municipal nº 38.652/2020. Fica autorizada a realização de despesas, inclusive com dispensa de licitação, para o cumprimento deste Decreto, tais como a contratação de profissionais da área da saúde, na hipótese de necessidade emergencial, e a aquisição de medicamentos, leitos de UTI e outros insumos, mediante prévia justificativa da área competente ratificada por ato da Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Na contratação de bens ou serviços para tratamento, prevenção, isolamento ou quarentena, em caso de dispensa de licitação, a Secretaria Municipal de Saúde deverá observar as hipóteses previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como instruir o processo com justificativa e parecer jurídico emitidos pela Procuradoria Geral do Município.

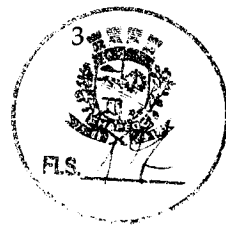
Conforme se denota do processo de dispensa, a autoridade competente justifica a aquisição tendo em vista que:

[...] Diante do cenário assustador representado pelo grande número de mortes, principalmente no continente europeu (com maior incidência na Itália) e com o surgimento de casos em vários municípios de Santa Catarina, inclusive em Chapecó, foi editado o Decreto Municipal nº 38.652/20 determinando medidas para o enfrentamento da pandemia dentre as quais a aquisição de insumos necessários para que os profissionais de saúde possam prestar atendimentos de forma segura; e, b) ampliação do horário de expediente dos serviços de saúde o que deve aumentar a procura pelos mesmos e, consequentemente, a utilização de tais insumos.

Diante desse panorama e conforme relata o memorando nº 9.044/2020 (1Doc), os conjuntos de pijama hospitalares (calça e blusa manga longa) são Equipamentos de Proteção Individual para utilização dos profissionais de saúde que prestam atendimento aos pacientes acometidos pelo COVID-19, a fim de troquem suas roupas dentro do local de trabalho e utilizem este uniforme, no intuito de reduzir contaminação em suas próprias roupas e para a segurança dos profissionais, em razão do momento epidemiológico que vivenciamos.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
Procuradoria-Geral do Município



Quanto à razão da escolha dos fornecedores, foi salientado pela autoridade competente:

Dentre os orçamentos realizados o fornecedor foi o que apresentou a proposta mais vantajosa, em virtude da atual situação mercadológica.


No quesito preço, tem-se que o “preço ofertado é compatível com a realidade atual do mercado”.

Neste sentido, resta claro que o processo ora em análise está devidamente amparado nas legislações específicas para o caso em tela, quais sejam, Lei Federal n. 8.666.93, Lei Federal nº 13.979/2020 e Decreto Municipal nº 38.652/2020.

Diante do exposto – e restrito aos aspectos jurídicos-formais – esta Procuradoria manifesta-se pela viabilidade jurídica da realização da Dispensa de Licitação nº 37/2020-FMS.

Por derradeiro, cumpre salientar que o presente parecer baseia-se nos elementos que constam até a presente data nos autos ora analisados e a análise *supra* se dá sob o prisma estritamente jurídico, não competindo-nos adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados pelos demais órgãos da Administração Municipal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

É o parecer¹.


Patrícia Piasson
Consultora Jurídica
OAB/SC nº 48.058

¹ O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo, sendo apenas a opinião técnico-jurídica emitida pelo operador do direito, que orientará o administrador na tomada da decisão, ou seja, na prática do ato administrativo que se constitui na execução *ex officio* da lei na oportunidade do julgamento, porquanto, o parecer jurídico constitui-se ato opinativo que pode, ou não, ser considerado pelo administrador (MS-24584/DF).



Moção apela por merenda escolar mesmo com suspensão de aulas

Divulgação/CMC



Vereadores de Chapecó aprovaram moção durante sessão ordinária virtual

Intenção é que a medida atenda as crianças em idade escolar, que se encontram em situação de vulnerabilidade social

A Câmara de Vereadores de Chapecó, durante sessão ordinária virtual, nesta semana, aprovou Moção de Apelo de autoria das vereadoras Astrit Tozzo (PSD) e Mariclei Vignatti (PSB). A proposição, apela que de forma excepcional ocorra a produção de merenda escolar na

rede pública municipal de ensino, mesmo em período de suspensão de aulas. A intenção é que a medida atenda as crianças em idade escolar, que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

A Moção de Apelo justifica que muitas crianças têm na merenda escolar a maior fonte nutricional diária de alimentação. "Neste período de suspensão de aulas em razão da crise provocada pelo COVID-19, é preocupante a situação das famílias em vulnerabilidade social, que não tem condições de atender as necessidades básicas das crianças em idade escolar", explica a vereadora Astrit Tozzo.

A proposição ainda

sugere que, em função das orientações do Ministério da Saúde, para evitar aglomerações, a refeição seja entregue de forma Delivery ou com horário agendado em local determinado pelo Poder Público. A vereadora Mariclei Vignatti, espera agilidade na medida. "Que sejam atendidas de forma imediata as crianças comprovadamente enquadradas em situação de vulnerabilidade social, mapeadas pela direção da escola", ressaltou.

A moção foi aprovada por unanimidade e a partir de agora, será encaminhada ao prefeito de Chapecó, Luciano Buligon (PSL) e a secretária Municipal da Educação, Sandra Galera.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 37/2020-FMS

OBJETO: CONFECCÃO DE ROUPAS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA FORNECIMENTO AOS SERVIDORES QUE ESTÃO TRABALHANDO NA LINHA DE FRENTE NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS.

CONTRATADA: CONFECCOES GURI LTDA

VALOR: R\$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, Inciso IV, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores; art. 4º, §1º da Lei nº 13.979/2020 e art. 4º do Decreto Municipal nº 38.652/20.

CHAPECÓ, 27 de março de 2020.

MARISTELA BISOGNIN SANTI
Secretária de Saúde

/peloestado

[PeloEstado]

Panela de pressão

Parece que nem o aceno feito com a liberação do comércio ajudou a esfriar a relação entre o governador Moisés (PSL) e o parlamento catarinense. E se por um lado Moisés testou a paciência do grupo pró-relaxamento da quarentena e dos empresários; do outro, o parlamento tem armas suficientes para encrencar politicamente o governador. Nesta terça, 14, o secretário Helton Severino foi ouvido pelos deputados, que reclamaram de respostas evasivas. Na semana passada, a CCJ admitiu o projeto do deputado Jessé (PSL), que pede a anulação do decreto de isolamento. Na segunda-feira, 13, novo pedido de impeachment deu entrada na Casa, documento do Movimento Vem Pra Direita Floripa que encampa a tese de que o governador teria extrapolado suas atribuições ao fechar estabelecimentos e suspender serviços com os decretos do isolamento social. O deputado Valdir Cobalchini (MDB), anunciou que está fora do Grupo de Enfrentamento Econômico à crise da Covid-19. Ele era o representante da AleSC nas reuniões sobre o tema. Saiu reclamando que as decisões têm sido tomadas pelo governador sem consultar o grupo. Na sessão desta terça, 14, no retorno das transmissões via TVAL, os deputados não economizaram. Milton Hobus (PSD) levantou uma série de suspeitas sobre a licitação do hospital de campanha em Itajaí. O deputado questionou que o processo realizado em 24 horas foi feito pela Defesa Civil, mas pagos com recursos da Saúde apontando que os gastos com o modelo adotado trariam um prejuízo de R\$ 50 milhões. Para deixar a situação ainda mais delicada, o Ministério Público de Santa Catarina tem cobrado de perto compromissos com as medidas anunciadas pelo governador. Cobrou uma série de requisitos para liberação dos setores econômicos. O MPF também avisou que governadores que decidirem pelo relaxamento da quarentena terão que se respaldarem de condições adequadas no sistema de Saúde. Os 200 respiradores comprados ao custo de R\$ 33 milhões ainda não chegaram. O número de mortes segue subindo, assim como o de infectados. Detalhe, o clima é de expectativas em toda a sociedade, os nervos em alguns setores estão à flor da pele, e os dias correm lentamente, como um caldo que é cozido bem devagar.

Apoio ao pequeno

Divulgação/Facisec



A Federação das Associações Empresariais de SC (FACISC) lançou nesta segunda-feira, 13, a campanha "Em frente, SC!" para motivar os empresários no momento da retomada dos negócios em todo o Estado. A campanha consiste em uma rede de apoio na área de marketing. A Federação também tem apoiado empresários na elaboração de pedido de liminar para adiamento dos impostos, orientações jurídicas e apoiando a articulação do setor junto aos governos Estadual e Federal para adotar medidas emergenciais para a classe no Estado.

Protestos A Deputada Ada de Luca protocolou, nesta segunda-feira, 13, um projeto de lei que propõe suspender, durante todo o decreto de calamidade pública, o registro de protestos extrajudiciais de títulos e outros documentos de dívidas, até 30 dias após a revogação do aludido decreto. "A ideia é amenizar os impactos sofridos pelos micro-empresários e pequenos empreendedores, bem como pelas pessoas físicas. Isso porque, desde que o estado de calamidade pública foi decretado muitas empresas e pessoas físicas precisaram parar suas atividades", explica a deputada.

No ar A TV da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, TVAL, retoma a transmissão ao vivo das sessões do parlamento catarinense nesta semana. No momento, serão transmitidas as reuniões virtuais, prática adotada desde o início do isolamento social provocado pela pandemia da Covid-19. Importante instrumento de transparência da atividade parlamentar, essa notícia é mais do que positiva. Fique de olho!

Hang na gangorra O empresário Luciano Hang, da Havan, teve um 2019 inesquecível, tornando-se um dos 58 brasileiros na lista dos bilionários da revista Forbes. Em, 2020, entretanto, sua empresa sofre os efeitos da Covid-19 e foi uma das primeiras a utilizar a MP 936, que permite a suspensão de contratos de trabalho por até 60 dias. A Havan negociou a suspensão temporária dos serviços de 11 mil colaboradores, colocando alguns de férias e outros em home-office. Nada como um ano após o outro.

Mais médicos O Ministério da Educação publicou nova portaria, em 9 de abril, autorizando instituições de ensino federais a antecipar a formatura dos alunos que estão no último período de Medicina, Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia, enquanto durar a pandemia. Uma medida anterior restringia essa possibilidade a quem fosse atuar no combate ao vírus, agora, vale para todos. Para tanto, o aluno deve ter completado 75% da carga horária prevista em internato médico ou estágio supervisionado.



Integração Editorial



Jornalistas

Coordenação: Andréa Leonora (peloestado@gmail.com)
Conteúdo e redes sociais: Fábio Bispo e Eliane Ramos